

Luiza Bairros: Um legado sociológico e uma inspiração intelectual

por **Osmundo Pinho** | Universidade Federal do Recôncavo da Bahia | osmundopinho@uol.com.br

A manhã do dia 12 de julho de 2016 poderia ser mais uma como outra qualquer. Eu esperava na Estação Rodoviária de Salvador o ônibus que me levaria até a cidade de Cachoeira, 100 km distante da capital baiana, e onde trabalho como professor na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. O *feed* de notícias de uma rede social me trouxe, entretanto, através do telefone celular, uma notícia desoladora que fez das lágrimas minhas companheiras de viagem. Luiza Bairros havia nos deixado. Escrevi na mesma rede social naquele momento: “o verdadeiro significado da expressão ‘perda irreparável’”. E era isso que sentia, a tristeza e o desamparo ao perceber que uma mulher gigante, com um enorme legado e contribuição havia partido, nos deixando em um Brasil que começava a dar sinais da horrível virada facistóide que estamos vivendo agora. No mês seguinte, em 31 de agosto, a presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, foi cassada por meio de um processo supostamente legal, mas com todas as vestes da ilegitimidade e do golpismo.

Ao longo das duas horas de viagem seguintes pude lembrar e prantear Luiza, não apenas como a figura pública, Ministra chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial entre 2011 e 2014, nomeada pela mesma Presidente Dilma Rousseff, para a pasta criada em 2003 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ou como a ativista histórica do Movimento Negro Brasileiro, fundadora, em 1978, do Movimento Negro Unificado, a organização símbolo da mobilização política negra do Brasil no período final da ditadura militar. Ou ainda como a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Governo do Estado da Bahia, cargo que ocupou entre 2008 e 2010. Lembrava de Luiza, na verdade, como minha chefe, em um dos primeiros trabalhos que consegui em 1992, como estagiário na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)

coordenada por ela na Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado da Bahia, em cooperação com o Centro de Recursos Humanos (CRH) da Universidade Federal da Bahia. Como um jovem estudante de graduação em Ciências Sociais tive, espero, a incrível oportunidade de desenvolver habilidades práticas de pesquisa, aplicando questionários sobre emprego e renda entre a população negra e pobre de Salvador.

Bairros, apesar de ter desenvolvido sua carreira como socióloga e ativista na Bahia, era natural do estado sulista e predominantemente branco do Rio Grande do Sul, onde nascera em 1953, em um bairro negro conhecido como Colônia Africana. A vinda para Salvador se deu primeiro em 1974 como militante do movimento estudantil, e depois definitivamente em 1979. Sobre a chegada a Salvador, a cidade mais africana do Brasil, com 80% de população negra, teria dito: “Imagine uma pessoa negra, vivendo em uma sociedade como a gaúcha, que se defronta com a Bahia, de maioria negra. Uau! É muito forte. Salvador foi o lugar onde comecei a fazer minhas próprias escolhas. A cidade me ensinou a viver entre pessoas negras” (Borges 2017, 2). Na Bahia, ela se consolidou como uma das principais lideranças do movimento negro brasileiro, junto a outros homens e mulheres, muitos destes ainda em atividade, o que pavimentou sua atuação pública indicada acima.

Outros, entretanto, já apontaram e descreveram muito bem a enorme importância de Luiza Bairros como ativista feminista, militante política do movimento negro e do Partido dos Trabalhadores, assim como agente de políticas governamentais (Biblioteca Virtual Consuelo Pondé 2020; Bairros e Alvarez 2012; GELEDÉS 2016; Borges 2017). O que eu gostaria de fazer aqui, entretanto, seria apontar muito brevemente, a importância de seu legado

como pesquisadora das relações entre raça e classe, ou das conexões entre o racismo e o mundo do trabalho. Um aspecto que me parece um pouco obscurecido, tanto pelo brilho de sua atuação política, como pelo relativo desprezo acadêmico por sua obra, que é, todavia, fundamental.

Em 1987, Luiza Bairros defendeu a dissertação de mestrado “Pecados no ‘Paraíso Racial’: O negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980” (Bairros 1987, 1988). Os resultados, baseados em extensa pesquisa empírica de natureza estatística, desembrulharam o pacote de conexões eventualmente pouco entendidas, notadamente em razão de fatores ideológicos, entre o racismo, historicamente presente nas relações sociais na Bahia, e a formação da classe trabalhadora e do mercado de trabalho. Um tema que seguiu sendo objeto de interesse para Luiza e que, juntamente com o trabalho de outras pesquisadoras como Vanda Sá, Paula Cristina da Silva Barreto, Nadya Araújo Guimarães e outras tantas, constituíram um corpus denso e significativo sobre a formação recíproca das classes sociais, da divisão social do trabalho, e da desigualdade racial e do racismo cotidiano na Bahia, como eu mesmo já pude discutir em outro lugar (Pinho 2008). Convém dizer que o trabalho, reflete em alguma medida, a virada sociológica promovida por Carlos Hasenbalg (1979), principalmente, mas não somente, desmontou tanto a tese da “*demora cultural*” que, encontrada em Florestan Fernandes, para quem a inércia sociocultural herdada do período escravista e a própria inadequação do negro à “ordem social competitiva”, explicariam a desigualdade racial; quanto teses mais francamente culturalistas, como no trabalho do sociólogo norte-americano Donald Pierson, para quem na Bahia da primeira metade do século XX não existiria uma barreira racial, linha de cor, tal como encontrada nos Estados Unidos da época. Hasenbalg, primeiro, demonstrou como a reprodução do capitalismo no Brasil, na verdade, exigia e repunha o preconceito racial. O que Luiza, entretanto realizou com maior radicalidade, foi demonstrar como o racismo, elemento “irracional”, estava (e, todavia, ainda está) incorporado no modo particular de reprodução das classes sociais e das sociabilidades específicas em Salvador da Bahia. Como um modo de reprodução social desigual, que não apenas condena a maioria da população

à marginalidade econômica, mas toda a sociedade ao atraso e a reprodução de padrões herdados do século XIX.

Bairros apresenta de modo cabal, e com base em dados de 1980, a participação dos negros nos setores da atividade econômica e na estrutura sócio ocupacional, demonstrando a permanência e renovação da desigualdade: “O excessivo rebaixamento dos custos de produção da força de trabalho é um elemento central no processo de acumulação capitalista no Brasil. ... Desse ponto de vista, a manutenção das desigualdades raciais cumpre um importante papel no processo de acumulação assentado em altas taxas de exploração da força de trabalho” (Bairros 1988, 317-318).

Bairros analisou as transformações entre 1950 e 1980, ou seja, o período ao qual se atribui uma transformação radical da estrutura social em Salvador, entendida como uma modernização da sociedade, operada pela implantação de grandes empreendimentos e novos agentes econômicos como a companhia estatal de petróleo, a Petrobrás, de um novo Polo Petroquímico na cidade de Camaçari, na região metropolitana de Salvador, e de órgãos estatais de desenvolvimento como SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Ora, o que trabalho de Bairros demonstra é que essa modernização não alterou definitivamente o lugar do negro no mercado de trabalho, que permaneceu associado a posições de baixa remuneração, desprestigiadas e braçais. Mesmo quando houve relativa integração do negro no novo mercado de trabalho, esta ocorreu com salários diferenciais e com a importação de padrões de sociabilidade racistas, manifestados no ambiente de trabalho.

Nossa homenageada lançou luz sobre alguns dados muito importantes para o período. Em 1980, os negros tinham uma participação média de 77,9% na força de trabalho contra 21,4% dos brancos, sendo a maioria em todos os ramos de atividade, ainda que em todos estes percebendo os menores salários (Bairros 1988). No começo da década de 80, década de explosão dos blocos afro como Olodum e de novas formas estéticas e de cultura popular negra, como o Samba-Reggae, e

mais de vinte anos após a instalação da Petrobrás, 46,5% dos empregados em ocupações de nível superior, empregadores, administradores, gerentes, etc., se autodeclaravam brancos, mais que o dobro de sua participação percentual na população como um todo. Na construção civil, os negros eram 88,0% contra 11,3% dos brancos. Nas ocupações de nível superior, o rendimento médio mensal do negro representava 64,2% do rendimento branco nas mesmas ocupações. De tal forma que:

Os serviços tradicionais têm maior peso relativo entre os negros (66,8%) do que entre os brancos (42,2%). E se levarmos em conta que metade dos negros da prestação de serviços está nos ramos domiciliares, onde o emprego doméstico representa 68,5% da ocupação poderemos entender melhor o que vimos inicialmente sobre a composição racial dos setores de atividade: a ampliação da proporção de negros num ramo econômico tende a ocorrer, reforçando sua posição subordinada. (Bairros 1988, 299)

O que ressoa subjacentemente ao trabalho de Luiza, e de outras pesquisadoras que trabalharam conjuntamente, parece ser uma determinada forma de explicar a formação do mercado de trabalho e suas relações com a reprodução da sociedade, não automaticamente ou de forma determinista, mas como esferas onde as dimensões fundamentais da identidade, da cultura e da reprodução social, podem se manifestar e ser apreendidas. O trabalho como a máquina do social. Ou, a divisão social do trabalho e suas sutilezas como a instância determinante.

É em função disso que categorias como “gênero” e “raça” podem também ser tomadas como categorias analíticas que ajudam a estabelecer esse nexos ou vínculo (que hoje chamaríamos de interseccional) entre o racismo/sexismo na sociedade global e na esfera produtiva, como arcabouço para que se compreendam as formas de subordinação e seletividade na indústria moderna e no “mundo da vida”. Do mesmo modo, essa seletividade e subordinação ajudam a entender a exclusão social e a pobreza marcadas pelo “gênero” e pela “raça”, contribuindo para a reprodução destas mesmas desigualdades, e para

a debilidade e relativa fraqueza das identidades sociais e, conseqüentemente, para a manutenção da precariedade e da despossessão em geral. De certa forma, e como Angela Davis, Bairros ancora a interseccionalidade em relações sociais de base material e concreta, como fator de (re)produção das classes sociais e para a (re)produção do capitalismo racializado.

Assim, Bairros, e outras tantas, insistem no fato de que o desemprego e o subemprego eram (são) uma constante em Salvador, e que esse fenômeno atinge em número imensamente maior a população negra. Como dizia um slogan da época, pichado em muros nas ruas de Salvador: “Desemprego, o negro é o primeiro que sobra” (Bairros 1992). Além disso, chamam a atenção para o fato de que brancos e pretos se comportam diferentemente diante do mercado de trabalho. Por exemplo, o que para brancos pode não ser um trabalho aceitável como “emprego”, por exemplo “bicos” ou ocupações não qualificadas e manuais, para negros pode significar emprego.

Num momento em que o canto da sereia do culturalismo se faz ouvir, à esquerda e à direita, o legado de Luiza nos alerta para a concretude e a materialidade da raça e para o seu papel constitutivo das relações sociais desiguais no capitalismo racializado na periferia global. Assim também, a sua trajetória nos serve de inspiração, quando nos damos conta que a presença tóxica e insidiosa do anti-intelectualismo se faz presente na perspectiva de alguns jovens ativistas negros. Em 2000 tive a oportunidade de entrevista-la para a minha pesquisa de doutorado, e dentre as inúmeras contribuições que me foram dadas, quero concluir com uma memória e um alerta infundido da sabedoria.

Eu cheguei aqui (em Salvador) em 1979, só fui entrar no mestrado em 1982, três anos depois. Numa época inclusive, para quem era militante do movimento, fazer um curso de mestrado era uma alienação, um sinal de alienação absoluta. Eu me lembro que na época em que eu tava fazendo seleção para o mestrado coincidiu que uma das provas que teria caía naquela semana do 20 de novembro. Tipo ia ser 19 de novembro, alguma coisa assim.

Isso significava que eu não poderia participar das atividades do 20 de novembro por conta do fato de eu ter que estudar, entendeu? E aquilo era visto como um absurdo. Como que uma pessoa deixa de participar das atividades do 20 de novembro para fazer essa coisa branca e burguesa que é um curso de mestrado? (depoimento de Luiza Bairros ao autor, 04/02/2000).

Graças ao trabalho de Luiza e de sua inovadora e sólida contribuição acadêmica, assim como de outras tantas, parte da mística culturalista do racismo tem hoje menos espaço de legitimidade, graças também ao seu legado e inspiração, a minha geração, e a de meus alunos e alunas, pode almejar cumprir conjuntamente uma agenda intelectual radical e comprometida com a história de nosso povo.

Referências

Bairros, Luiza. 1987. "Pecados no 'Paraíso Racial': O negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980". Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Salvador.

Bairros, Luiza. 1988. "Pecados no 'Paraíso Racial': O negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980". Em *Escravidão e invenção da liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil*, J. J. Reis (org.), 289-323. São Paulo: Brasiliense.

Bairros, Luiza. 1992. "Desemprego: O negro é o primeiro que sobra". *Força de Trabalho e Emprego* 9 (1): 19-24. (Salvador, Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado da Bahia, 1992).

Bairros, Luiza, e Sonia E. Alvarez. 2012. "Feminismos e antirracismo: Entraves e intersecções. Entrevista com Luiza Bairros, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)". *Estudos Feministas* 20 (3): 833-850.

Biblioteca Virtual Consuelo Pondé. 2020. "Perfis Femininos - Luiza Bairros". Biblioteca Virtual Consuelo Pondé, Governo da Bahia. <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=262> (acessado 15 de janeiro de 2020).

Borges, Pedro. 2017. "Luiza Bairros, uma referência que fica". *Alma Preta*, 25 julho 2017. <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/luiza-bairros-uma-referencia-que-fica>.

GELEDÉS. 2016. "Lembrando Luiza Bairros - 12 de Julho de 2016". GELEDÉS, 12 de julho de 2016. <https://www.geledes.org.br/lembrando-luiza-bairros-12-de-julho-de-2016/>.

Hasenbalg, Carlos. 1979. *Discriminações e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Pinho, Osmundo. 2008. "La formación del vínculo entre raza y clase en Salvador". *Pobreza, exclusión social y discriminación étnico-racial en América Latina y el Caribe*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; CLACSO. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/clacso/crop/zabala/15pin.pdf>.

Osmundo Pinho é antropólogo, professor na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia em Cachoeira e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia. Program Co-Chair do Congresso da LASA 2020 e Richard E. Greenleaf Fellow na Latin American Library da Universidade de Tulane. //